

**MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA**

Demonstrações contábeis dos exercícios findos  
em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Relatório dos Auditores Independentes

Março/2022

## **MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. - MOTRISA**

### **Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes**

<b>Conteúdo</b>	<b>Páginas</b>
Relatório dos auditores independentes.....	03
<b>Demonstrações Contábeis</b>	
Relatório da Diretoria.....	07
Balanços patrimoniais .....	09 e 10
Demonstrações do resultado.....	11
Demonstrações do resultado abrangente.....	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	13
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto .....	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	15

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Ilmos. Srs.  
Diretores, Conselheiros e Acionistas da  
MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA  
Porto Alegre - RS

### Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

- 1) Conforme mencionado na nota explicativa nº 7 letra “c”, está compondo o saldo da rubrica de Impostos e Contribuições a Recuperar do Ativo Circulante o valor de R\$ 42.834 mil e do Ativo Não Circulante o montante de R\$ 28.861 mil referentes a restituição de créditos tributários do ICMS sobre farelo de trigo dos Estados de Pernambuco e Sergipe, cujos processos judiciais já transitado em julgado. Os créditos tributários são atualizados monetariamente estando sujeito a juros de 1% ao mês, conforme decisão do processo judicial. Neste exercício foi reconhecido em conta de resultado o montante de R\$ 7.725 mil referentes aos juros e atualizações monetárias destes valores. Ocorre que a recuperação dos referidos créditos ainda depende de sua homologação junto as Secretarias das Fazendas Estaduais. No caso do Estado de Pernambuco a Companhia tem requerido por meio de processo administrativo o direito de compensação dos créditos com os débitos das operações normais realizadas no Estado. Os montantes dos créditos tributários do Estado de Pernambuco estão

integralmente classificados no Ativo Não Circulante. Para os créditos tributários do Estado de Sergipe a Companhia está pleiteando sua compensação com os débitos de parcelamentos do ICMS que possui junto a Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe. Os montantes dos créditos tributários do Estado de Sergipe estão classificados no Ativo Circulante e Não Circulante. Em ambos os casos, a realização dos ativos nos valores reconhecidos pela empresa aguarda de sua habilitação definitiva por parte dos órgãos das Fazendas Estaduais. Nesse aspecto, entendemos que os referidos créditos tributários poderão sofrer ajustes contábeis para mais ou para menos, com reflexo sobre o Ativo Circulante e Não Circulante, o Resultado do Exercício e o Patrimônio Líquido, quando ocorrer os despachos administrativos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

- 2) Conforme mencionado na nota explicativa nº 7 letra “d”, está compondo o montante da rubrica de Impostos e Contribuições a Recuperar do Ativo Não Circulante, o valor de R\$ 4.233 mil saldos de créditos tributários remanescentes de pedidos de homologação das contribuições do PIS e da Cofins – Ressarcimento, os quais tiveram sua homologação negada pela Receita Federal do Brasil. A Companhia protocolou petições de manifestação de inconformidade junto a Delegacia da Receita Federal, objetivando o direito para recuperação dos referidos créditos. Os processos administrativos ainda não foram apreciados e existe a perspectiva de que sejam julgados pelo CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Nesse aspecto, entendemos que os referidos créditos tributários poderão sofrer ajustes contábeis para mais ou para menos, com reflexo sobre o Ativo Circulante e Não Circulante, o Resultado do Exercício e o Patrimônio Líquido, quando ocorrer os despachos administrativos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Outros assuntos**

#### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram examinadas por outros auditores com emissão do Relatório do Auditor Independente datado de 15 de março de 2021, o qual conteve a ressalva mencionada referente a adoção de taxas fiscais de depreciação para os bens integrantes do ativo imobilizado, assunto resolvido em 2021. De acordo com a Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC

TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, foi estabelecido que as taxas de depreciações devem ter como base a expectativa de vida útil restante dos bens, e também os seguintes parágrafos de ênfases, ativos circulantes e não circulantes referentes os créditos do ICMS sobre farelo de trigo do Estado de Sergipe e Pernambuco, os créditos do Pis e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da base de calculo de processo transitado em julgado no exercício e do saldo de crédito do ICMS a recuperar da conta gráfica da filial de Alagoas que teve suas atividades encerradas, Pis Semestralidade oriundo de decisão judicial já transitada em julgado, ativos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social , provisão de contingências.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 10 de março de 2022.

Crowe Consult Auditores e Consultores Associados  
CRC RS-009034/O



**João Henrique Sperling Lubisco**  
Contador – CRC- RS067.188/O



**Rafael Ferrari**  
Contador – CRC- RS065.901/O-0

*Aos Acionistas da Moinhos de Trigo Indígena S.A. – MOTRISA  
Porto Alegre/RS*

*Prezados (as) Senhores (as):*

Cumprindo determinações legais e estatutárias, a Direção submete à sua apreciação, o presente relatório, as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, acompanhadas das notas explicativas necessárias ao entendimento dos elementos demonstrados.

## **Identidade Organizacional**

### **Nosso Propósito**

Paixão em servir clientes e consumidores.

### **Nossa Missão**

Produzir alimentos com qualidade superior que proporcionem melhoria da qualidade de vida dos consumidores.

### **Nossa Visão - 2034**

Ser reconhecida como a melhor empresa do ramo de farinhas e derivados do Nordeste Brasileiro.

### **Nossos Valores**

- 1- Ética;
- 2- Respeito;
- 3- Transparência;
- 4- Gostar de pessoas;
- 5- Excelência na execução.

### **Nossas Estratégias**

- 1- Ter as pessoas certas nos lugares certos;
- 2- Fortalecer as marcas;
- 3- Buscar permanente lucratividade;
- 4- Melhorar a eficiência operacional;
- 5- Focar nas necessidades dos clientes e consumidores.

### **Política do Sistema de Gestão**

Satisfazer clientes e consumidores com produtos e serviços que tenham como foco a qualidade e a segurança dos alimentos, o cumprimento das legislações, o respeito ao meio ambiente, a preservação da segurança dos nossos colaboradores e a melhoria contínua.

### **Panorama Geral**

No ano de 2021, vivenciamos momentos desafiadores, nos quais tivemos aumentos expressivos nos custos da matéria-prima, frete marítimo, insumos, embalagens, combustíveis e por último, mas não menos importante, na taxa do dólar, consequências dos problemas econômicos no Brasil e no Exterior, causados, principalmente, pela Pandemia da Covid-19.

Apesar do aumento dos custos e despesas, que reduziram consideravelmente o resultado operacional da Companhia, o ano de 2021 foi marcado pela pontualidade em honrarmos os compromissos outrora assumidos junto a Instituições Financeiras e Fornecedores bem como pela manutenção de nossas obrigações sociais e de nossos Colaboradores.

Reduzimos volume de produção/vendas, cortamos custos e despesas fixas deixando a Empresa mais enxuta e competitiva para enfrentar os atuais e futuros contratemplos, entretanto, ainda insuficientes para alcançarmos o ponto de equilíbrio e o resultado desejável, assim sendo, será fundamental o esforço da Administração, Gestores (as) e de cada Funcionário (a) para alcançarmos os nossos objetivos e manter a continuidade da operação.

Os Planos de Ação elaborados pela Diretoria no início do ano de 2020 e posteriores atualizações, apresentados mensalmente aos Conselheiros (as) de Administração e Gestores (as), permanecem sendo as diretrizes da Sarandi/MOTRISA.

No cenário econômico Nacional as projeções para o ano de 2022 não estão favoráveis, pois os custos e juros continuarão crescendo, a volatilidade do câmbio permanecerá elevada, ora por turbulências causadas por pesquisas eleitorais, ora ocasionados pela retirada estratégica de investidores institucionais atraídos pelo aumento da taxa dos juros Americana. A inflação continuará sendo um obstáculo para os brasileiros, conseqüentemente a retomada da economia, investimentos e a geração de emprego serão lentas, desta forma, o poder de compra da população em geral continuará sendo prejudicado, portanto, será mais 01 (um) ano desafiador e de muita prudência e resiliência para as empresas e pessoas.

No cenário Internacional, precisamos estar atentos aos conflitos envolvendo as regiões de maior produção de trigo na Europa (*Black Sea*), suas ações e possíveis impactos no preço da matéria prima e por consequência os reflexos no preço das farinhas no mercado interno.

Na Sarandi/MOTRISA após 87 anos de existência, executará de forma constante o Orçamento Base Zero – OBZ, considerada uma das ferramentas de gestão indispensáveis para o controle/previsão de gastos da Companhia.

Será mais um ano complexo, mas temos certeza que vamos superar cada dificuldade, pois somos Experientes, Competentes e Engajados, assim sendo, com o mesmo foco, honraremos os compromissos assumidos e recuperaremos a margem operacional para o negócio ser rentável e atrativo.

Cumprimentamos e agradecemos a todos (as) os (as) colaboradores (as) por mais um ano de entrega e seriedade, seguimos juntos em busca da estabilidade para um futuro de excelência e crescimento para fazer jus à bonita história de 87 anos da Sarandi/MOTRISA.

Aos Conselheiros (as) de Administração, e em especial ao Sr. *Paulo Tocchetto Thormann - In memoriam*, nossos sinceros agradecimentos por mais um ano de reconhecimento e confiança no nosso trabalho.

Agradecemos o apoio recebido de V.Sas., de nossos parceiros de negócios, clientes e fornecedores durante o exercício que ora encerra-se, colocando-nos ao seu inteiro dispor para os esclarecimentos que julgarem necessários.

Porto Alegre/RS, 10 de março de 2022.

A Diretoria

**Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Emreais)**

<b>Ativo</b>	<b>Notas</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.569.889,71	18.438.449,41
Contas a receber de clientes	5	26.466.624,12	18.784.112,19
Estoques	6	13.466.228,85	32.265.682,33
Impostos e contribuições a recuperar	7	49.044.456,63	33.936.232,01
Impostos e contribuições antecipados	8	1.737.728,71	41.734,13
Outras contas a receber		619.220,71	114.550,47
Despesas antecipadas/adiantamentos		831.412,94	906.525,28
		<b>105.735.561,67</b>	<b>104.487.285,82</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	47.294.465,01	35.615.358,19
Impostos e contribuições a recuperar	7	55.680.140,78	68.109.048,31
Imóveis à Venda	10	163.652,70	353.652,70
Depósitos judiciais	11	3.810.633,62	3.825.635,36
Partes relacionadas - controlada	12	107.030,28	77.549,14
Outras contas a receber	13	10.048.683,34	-
		<b>117.104.605,73</b>	<b>107.981.243,70</b>
<b>Investimento</b>	<b>14</b>	<b>4.897,00</b>	<b>4.897,00</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>15</b>	<b>29.969.182,46</b>	<b>32.685.746,84</b>
<b>Intangível</b>	<b>16</b>	<b>48.190,64</b>	<b>83.463,72</b>
		<b>30.022.270,10</b>	<b>32.774.107,56</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>252.862.437,50</b>	<b>245.242.637,08</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
 (Emreais)**

<b>Passivo</b>	<b>Notas</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Circulante</b>			
Financiamentos e empréstimos	17	49.849.254,69	24.453.366,78
Fornecedores	18	5.252.005,36	7.138.793,59
Obrigações sociais e trabalhistas		1.199.936,66	1.411.389,41
Impostos e contribuições a recolher	19	3.418.699,78	8.561.186,70
Outras contas a pagar	20	11.266.376,25	7.630.357,71
		<b><u>70.986.272,74</u></b>	<b><u>49.195.094,19</u></b>
<b>Não circulante</b>			
Financiamentos e empréstimos	17	66.107.029,47	92.569.222,95
Impostos e contribuições a recolher	19	23.753.062,31	15.513.875,58
Provisões para contingências	21	6.331.060,04	3.682.419,08
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	8.711.799,22	5.414.671,48
Outras contas a pagar	20	8.160.146,51	10.260.291,10
Acionistas / Pessoas Físicas	22	1.971.091,96	1.511.189,72
		<b><u>115.034.189,51</u></b>	<b><u>128.951.669,91</u></b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	<b>23</b>		
Capital social	23.1	44.000.000,00	44.000.000,00
Reservas de reavaliação	23.2	1.919.660,84	1.971.058,26
Reservas de lucros	23.3	20.922.314,41	21.124.814,72
		<b><u>66.841.975,25</u></b>	<b><u>67.095.872,98</u></b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u>252.862.437,50</u></b>	<b><u>245.242.637,08</u></b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
 (Em reais)**

	Notas	2021	2020
<b>Receita operacional líquida</b>	25	<b>174.610.366,66</b>	<b>205.882.360,02</b>
<b>Custos dos produtos vendidos</b>		<b><u>(151.025.028,06)</u></b>	<b><u>(177.353.726,12)</u></b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>23.585.338,60</b>	<b>28.528.633,90</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas de vendas	26	(23.527.554,10)	(33.514.686,12)
Despesas administrativas	26	(13.316.498,92)	(23.190.012,45)
Honorários da administração		(1.896.000,00)	(2.019.233,38)
Despesas tributárias		(831.591,08)	(959.985,93)
Outras receitas (despesas)	27	<u>5.082.870,11</u>	<u>10.281.684,84</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos</b>		<b><u>(10.903.435,39)</u></b>	<b><u>(20.873.599,14)</u></b>
Receitas (despesas) financeiras líquidas	28	<u>2.267.558,58</u>	<u>22.660.706,51</u>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b><u>(8.635.876,81)</u></b>	<b><u>1.787.107,37</u></b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	9.3	0,00	(751.349,91)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.1 e 9.2	<u>8.381.979,08</u>	<u>4.520.720,93</u>
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>		<b><u>(253.897,73)</u></b>	<b><u>5.556.478,39</u></b>
<b>Lucro (Prejuízo) por ação</b>	29	<b>(0,01)</b>	<b>0,13</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Emreais)**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>(253.897,73)</b>	<b>5.556.478,39</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>	<b>(253.897,73)</b>	<b>5.556.478,39</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
 (Emreais)**

	<u>Reservas de lucros</u>							Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de reavaliação / Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros retidos	Ações em tesouraria	Lucros (Prejuízos) acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>44.000.000,00</b>	<b>2.023.363,69</b>	<b>6.155.505,33</b>	<b>9.360.525,57</b>	<b>0,00</b>	<b>(61.964,32)</b>	<b>(0,00)</b>	<b>61.477.430,27</b>
Realização da reserva de reavaliação corrente	-	(52.305,43)	-	-	-	-	52.305,43	-
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	61.964,32	-	<b>61.964,32</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	-	-	-	5.556.478,39	<b>5.556.478,39</b>
Destinação p/reserva legal (nota 23.3.1)	-	-	277.823,92	-	-	-	(277.823,92)	<b>0,00</b>
Destinação p/reserva de incentivos fiscais (nota 23.3.2)	-	-	-	13.508.493,86	-	-	(13.508.493,86)	-
Destinação p/reserva de lucros retidos (nota 23.3.4)	-	-	-	-	52.305,43	-	(52.305,43)	-
Utilização de reserva p/ compensação de prejuízo do exercício	-	-	-	(8.229.839,39)	-	-	8.229.839,39	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>44.000.000,00</b>	<b>1.971.058,26</b>	<b>6.433.329,25</b>	<b>14.639.180,04</b>	<b>52.305,43</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>
Realização da reserva de reavaliação corrente (nota 23.2)	-	(51.397,42)	-	-	-	-	51.397,42	-
<b>Prejuízo do exercício</b>	-	-	-	-	-	-	(253.897,73)	<b>(253.897,73)</b>
Destinação p/reserva legal (nota 23.3.1)	-	-	-	-	-	-	0,00	-
Destinação p/reserva de incentivos fiscais (nota 23.3.2)	-	-	-	15.782.035,87	-	-	(15.782.035,87)	-
Destinação p/reserva de lucros retidos (nota 23.3.4)	-	-	-	-	51.397,42	-	(51.397,42)	-
Utilização de reserva p/ compensação de prejuízo do exercício	-	-	-	(16.035.933,60)	-	-	16.035.933,60	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>44.000.000,00</b>	<b>1.919.660,84</b>	<b>6.433.329,25</b>	<b>14.385.282,31</b>	<b>103.702,85</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Demonstração do fluxo de caixa (método indireto) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Emreais)**

	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(8.635.876,81)</b>	<b>1.787.107,37</b>
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e exaustão	2.891.286,63	3.027.369,60
Custo na venda/baixa/transferências de ativos imobilizados e intangíveis	451.689,40	2.403.006,72
Atualização dos financiamentos e empréstimos	5.464.159,89	1.953.976,16
Provisão de imposto de renda e contribuição social	8.381.979,08	3.769.371,02
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	(7.762.511,93)	23.058.289,32
(Aumento) redução nos estoques	18.799.453,48	(1.011.967,76)
(Aumento) redução nos tributos a recuperar e antecipados	(26.103.101,83)	(50.956.320,01)
(Aumento) redução em outras contas a receber, despesas antecipadas e depósitos judiciais	(144.556,16)	1.174.018,84
Aumento (redução) em fornecedores	(1.886.788,23)	(51.648.531,71)
Aumento (redução) nos impostos e contribuições a pagar	6.393.827,55	(677.006,12)
Aumento (redução) em acionistas, contas a pagar e provisões	4.432.964,40	10.836.646,85
<b>Disponibilidades líquidas geradas/ (aplicadas) pelas atividades operacionais</b>	<b>2.282.525,47</b>	<b>(56.284.039,72)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições/Transferências de imobilizado e intangível	(591.138,57)	(3.461.885,05)
Partes relacionadas - controlada	(29.481,14)	(2.096,41)
Outros investimentos - controlada	-	(4.897,00)
Aquisição de ações em tesouraria	-	61.964,32
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos</b>	<b>(620.619,71)</b>	<b>(3.406.914,14)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	87.730.401,54
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(6.530.465,46)	(25.094.957,58)
<b>Disponibilidades líquidas (aplicadas)/ geradas nas atividades de financiamentos</b>	<b>(6.530.465,46)</b>	<b>62.635.443,96</b>
<b>(Redução)/aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.868.559,70)</b>	<b>2.944.490,10</b>
<b>Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades</b>		
No início do exercício	18.438.449,41	15.493.959,31
No fim do exercício	13.569.889,71	18.438.449,41
<b>(Redução)/aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.868.559,70)</b>	<b>2.944.490,10</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**1. Contexto Operacional**

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e completou **87 anos** em 25 de junho de 2021, com sede em Porto Alegre/RS e filiais em Aracaju/SE, Salvador/BA, Maceió/AL e Cabo de Santo Agostinho/PE.

Seus objetivos sociais são moagem de trigo próprio e fabricação de derivados próprios; comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; beneficiamento de produtos próprios; produção, importação e exportação e preparação de produtos de trigo e outros cereais próprios, dentre estes massas, bolos e biscoitos, de gêneros alimentícios; e a participação em outras sociedades.

**Eventos ocorridos das atividades operacionais**

Em 19 de dezembro de 2019 a Administração da Companhia decidiu suspender definitivamente a produção de farinha na filial de Maceió/AL e manter somente a produção de misturas para bolos e armazenamento de farinha para comercialização no Estado de Alagoas, por questões de mercado e estratégicas, em 2020 foi retomada a moagem de trigo na unidade, através de parcerias e arrendamento do parque industrial.

**2. Base de Preparação****2.1 Declaração de Conformidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando a atual legislação societária e as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergência as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, tendo atendido aos conceitos das Leis das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07, 11.941/09 e 12.973/14, bem como as demais Normas, Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC). Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda corrente do país.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 10 de março de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

**2.2 Base de mensuração e moeda funcional**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico incorrido nas transações, ajustadas ao valor justo de mercado ou contratual, sempre quando aplicável em conformidade com as normas contábeis vigentes para mensuração dos ativos e passivos. Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em “Reais” (R\$) que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**2.3 Determinação do Valor Justo**

A Companhia deve divulgar as diversas políticas contábeis adotadas na determinação do valor justo de ativos e passivos financeiros, ou não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, procedimentos específicos para mensuração, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos devem ser divulgadas em notas específicas, para àquele ativo ou passivo específico.

**3. Descrição das Principais Políticas Contábeis****3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas aos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

**3.2. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As contas a receber de clientes, classificadas na categoria de instrumentos financeiros, estão registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. As perdas de créditos são periodicamente avaliadas e apuradas para baixa direta em conta de resultado.

**3.3. Usos de estimativas e julgamentos**

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões de impostos e tributos sobre o lucro, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando relevante, depreciações de bens, provisão para contingências, provisão de ativos e passivos e outras operações quando aplicáveis. A liquidação das transações que envolvem estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração anualmente revisa estas estimativas e premissas.

**3.4. Instrumentos financeiros**

Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em reais, exceto quando mencionado diferente)****3.5. Estoques**

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

**3.6. Ajustes a valor presente**

Foi efetuada análise específica, quanto a efeitos em ajuste a valor presente das contas do ativo e do passivo, decorrentes de operações de curto prazo, não sendo apurado efeito significativo ou relevante, para registro contábil.

**3.7. Investimento em controlada**

As práticas contábeis adotadas são uniformes para registro das operações e avaliação dos elementos patrimoniais. Em 2021 e 2020 não foi reconhecido à equivalência patrimonial, pois a controlada Sarandi Alimentos S.A. está inoperante.

**3.8. Imobilizado**

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição e reavaliações efetuadas, deduzida das respectivas depreciações calculadas pelo método linear com base nas taxas fiscais da legislação do imposto de renda, conforme demonstrativo na nota explicativa nº 15. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração de resultado. Em 10 de setembro de 2020 a Diretoria da Companhia contratou a empresa Ibiaeon Consultoria Patrimonial, Avaliações e Informática Ltda. para implantar rotinas, normas e procedimentos; levantamento físico; conversão de dados; conciliação físico-contábil; saneamento base de dados; fornecimento de etiquetas de alumínio com QR CODE; avaliação de contas de investimentos; e teste de impairment (recuperabilidade) para atendimento a Lei 11.638/2007 e os CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e o CPC 27 Ativo Imobilizado, entretanto, pela complexidade do projeto não foi possível concluir dentro do exercício 2020, portanto, os efeitos foram reconhecidos neste exercício de 2021.

**3.9. Intangível**

Ativos intangíveis compreendem desenvolvimento tecnológico e de produtos, direitos de usos de softwares e marcas e patentes. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear conforme nota explicativa nº 16.

**3.10. Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferido são registrados nos balanços pelos montantes líquidos, no ativo ou no passivo não circulante, sendo provenientes basicamente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do exercício é

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**

apresentada no balanço patrimonial líquida das antecipações de impostos pagos durante o exercício.

**3.11. Empréstimos e financiamentos**

São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com as instituições financeiras, acrescidos de juros apropriados até as datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 17. Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, ou seja, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro-rata-temporis), os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência.

**3.12. Parcelamentos**

Os saldos dos parcelamentos tributários junto a SEFAZ – Secretarias de Fazenda se referem ao ICMS e estão atualizados pelos índices oficiais aplicáveis, deduzidos das amortizações pagas até a data do balanço, e classificados no passivo circulante e não circulante com base nos prazos de vencimento das amortizações.

**3.13. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**3.14. Reconhecimento das receitas**

A receita de vendas está apresentada líquida, ou seja, não inclui os tributos e as devoluções incidentes sobre as mesmas. A receita é reconhecida no resultado quando: a) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; b) todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador; c) a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida; d) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias calculadas a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

**3.15. Ativo não circulante mantido para a venda**

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. A mensuração segue o critério pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja inferior ao seu valor justo, uma perda por Impairment é reconhecida em

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**

contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

**3.16. Subvenção governamental**

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições impostas pelas práticas contábeis. A Companhia atende aos requisitos para reconhecimento no resultado.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Caixa	14.023,77	2.725,77
Bancos	5.477.852,95	5.837.254,00
Aplicações financeiras	8.078.012,99	12.598.469,64
<b>Total</b>	<b>13.569.889,71</b>	<b>18.438.449,41</b>

Em 2021 não foram realizadas aplicações de longo prazo. As aplicações financeiras foram somente às automáticas do saldo em conta corrente que variam de 2% a 15% do CDI-Cetip. Em 2020 as taxas variaram de 2% a 20% do CDI-Cetip.

Em 31/12/2021 R\$ 5.402.427,61 está retido temporariamente junto ao Banco do Brasil S.A. para garantia de operação de crédito, valor será liberado quando o valor da cobrança atingir 55% do saldo do empréstimo. Em 31/12/2020 ficou retido com a mesma finalidade o valor de R\$ 5.833.774,86.

**5. Contas a receber de clientes**

Abertura do contas a receber de clientes por faixa de vencimento.

<b>Vencidos</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
até 30 dias	409.340,57	255.017,53
acima de 30 dias	511.575,77	955.136,21
<b>Total de títulos vencidos</b>	<b>920.916,34</b>	<b>1.210.153,74</b>

<b>A Vencer</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
até 30 dias	15.384.764,66	10.668.207,34
acima de 30 dias	10.160.943,12	6.905.751,11
<b>Total de títulos a vencer</b>	<b>25.545.707,78</b>	<b>17.573.958,45</b>

<b>Total a receber de clientes</b>	<b>26.466.624,12</b>	<b>18.784.112,19</b>
------------------------------------	----------------------	----------------------

Neste exercício a Administração da Companhia efetuou uma análise individual de títulos de créditos vencidos há longa data e dos históricos de inadimplência para reconhecimento das baixas por perdas de crédito diretamente no resultado do exercício. Em 2021 foi reconhecido como perdas de créditos o montante R\$ 1.009.873,14 (R\$ 1.948.969,78 em 2020).

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
 (Em reais, exceto quando mencionado diferente)

**6. Estoques**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Produtos Acabados	1.878.162,35	533.220,10
Mercadorias	430.819,35	420.716,38
Produtos em Elaboração	1.123.030,89	321.608,52
Matéria Prima	1.882.194,34	-
Materiais Secundários	847.616,81	874.827,70
Materiais e Insumos em Poder de Terceiros	4.091.898,33	914.966,50
Embalagens	2.234.922,45	1.786.454,16
Materiais de Consumo	866.870,99	955.732,73
Mercadorias em Trânsito	110.713,34	10.079,00
Importações em Andamento (a)	-	26.448.077,24
<b>Total</b>	<b>13.466.228,85</b>	<b>32.265.682,33</b>

(a) Aquisição de trigo importado oriundo da Argentina em 2020.

Os estoques encontram-se livres de ônus ou garantias.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**
**7. Impostos e contribuições a recuperar (circulante e não circulante)**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
ICMS (a)	2.042.278,97	3.179.217,80
INSS	24.826,37	24.826,37
Tributos diversos	12,01	51,20
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	46.177,04	29.997,24
PIS	292.172,05	214.124,96
COFINS	1.369.256,84	750.970,93
Tributos recolhidos a maior (f)	44.680,73	44.109,35
Exclusão do ICMS da BC do PIS (g)	2.391.279,28	949.218,45
Exclusão do ICMS da BC do COFINS (g)	-	4.371.512,77
ICMS SE sobre o farelo de trigo (c)	42.833.773,34	24.372.202,94
<b>Total Circulante</b>	<b>49.044.456,63</b>	<b>33.936.232,01</b>

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
ICMS (a)	9.807.055,43	9.857.579,01
ICMS PE e SE sobre o farelo de trigo (c)	28.861.490,80	39.597.646,71
PIS Ressarcimento (d)	1.300.798,51	1.300.798,51
COFINS Ressarcimento (d)	6.157.619,49	6.157.619,49
(-) Provisão PIS/COFINS ressarcimento (d)	(3.225.564,02)	(3.225.564,02)
PIS Semestralidade (e)	2.022.083,43	2.022.083,43
Exclusão do ICMS da BC do PIS (g)	9.273.081,31	1.946.660,16
Exclusão do ICMS da BC do COFINS (g)	-	8.968.649,19
Imposto de Importação a Restituir (b)	1.483.575,83	1.483.575,83
<b>Total Não Circulante</b>	<b>55.680.140,78</b>	<b>68.109.048,31</b>

- a) São oriundos das atividades correntes da Companhia.
- b) Em 2015 a Companhia reconheceu crédito de Imposto de Importação recolhidos em 1992 a 1995 referente à importação de trigo em grãos provenientes da Argentina no valor atualizado de R\$ 5.134.928,66. Em dezembro de 2016 foi recebido o valor de R\$ 4.189.312,52 ficando um saldo remanescente a receber de R\$ 1.483.575,83.
- c) Em 2017 foi reconhecido no ativo não circulante o processo transitado em julgado da restituição de ICMS PE sobre o farelo de trigo. Atualmente estão em fase de negociação com o Governo de PE para fins de utilização/compensação do crédito com os débitos gerados da operação mensal. Registramos em 2021 a título de atualização do processo o valor de R\$ 4.477.453,56, totalizando o crédito em 31/12/2021 o valor de R\$ 22.544.157,12.

Em novembro de 2020, foi transitado em julgado e reconhecido nos registros contábeis o processo da mesma natureza, no Estado de Sergipe, sendo registrado em 2021 R\$ 3.247.960,93 a título de receita financeira, ainda existem outros processos com as mesmas características, originados de restituição do ICMS sobre o farelo de trigo nos Estados, da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, porém não foram transitados em julgado.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**

- d) No exercício de 2017 a Administração da companhia decidiu reconhecer uma provisão para perda do ativo não circulante sobre os créditos constituídos das contribuições do PIS/COFINS ressarcimento no montante de R\$ 3.225.564,02, pois a perspectiva de realização desse ativo é remota com base nas últimas decisões administrativas da RFB. A companhia já ingressou com os pedidos de ressarcimento para o saldo remanescente de R\$ 4.203.117,30, os quais foram analisados pela RFB e glosados na integralidade, portanto, a Administração protocolou petição de manifestação de inconformidade na Delegacia da RFB de Porto Alegre/RS e sem análise até o momento. Provavelmente essa questão será matéria de discussão perante o CARF.
- e) A Companhia registrou o crédito de PIS Semestralidade no valor atualizado conforme habilitação de crédito reconhecido por decisão transitada em julgado em 27 de março de 2006 e ciência da Companhia somente em 24 de agosto de 2011. O crédito foi contabilizado no longo prazo, pois a Justiça determinou a compensação com débito de mesma natureza, ou seja, somente com débito de PIS. Atualmente a Companhia não tem expectativa de realização do crédito no curto prazo, pois mensalmente são apurados mais créditos do que débitos de PIS.
- f) Oriundo de recálculo nas apurações de IRPJ/CSLL dos exercícios de 2016 e 2017, excluindo da base de cálculo o Crédito Presumido de ICMS considerado Subvenção para Investimentos conforme LC 160/2017, art. 30 da Lei 12.973/2014 e Convênio ICMS 190/2017, tal planejamento tributário gerou IRPJ/CSLL pagos a maior e Saldos Negativos, totalizando ambas as operações o valor de R\$ 2.418.671,57 e em contrapartida foi registrado no resultado na linha de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente. Restando um saldo a compensar de R\$ 44.109,35.
- g) Em 18/09/2020 transitou em julgado no TRF da 4ª região o processo nº 5003262-12.2010.4.04.7100 referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS da empresa Moinhos de Trigo Indígena S.A. - MOTRISA., portanto, o levantamento dos valores foi realizado no período de janeiro/2011 a dezembro/2020, no valor de R\$ 4.372.497,29 e em contrapartida no resultado na linha de outras receitas (despesas) o valor principal de R\$ 2.928.448,76 e os juros de R\$ 1.444.048,53 na linha receitas (despesas) financeiras líquidas conforme demonstrado nas notas explicativas 27 e 28 respectivamente. Em 2021 registramos atualização do crédito em R\$ 533.573,71, compensamos R\$ 2.571.537,19, remanescendo o saldo de R\$ 11.664.360,59.

Em 06/02/2019 transitou em julgado no TRF da 5ª região o processo nº 0002010-03.2010.4.05.8500 - referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS da empresa incorporada em dezembro/2010 Moinho de Sergipe S.A., portanto, o levantamento dos valores foi realizado no período de abril/2005 a dezembro/2010.

Em 13/12/2018 transitou em julgado no TRF da 5ª região o processo nº 0001310-72.2010.4.05.8000 - referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS da empresa incorporada em dezembro/2010 Moinho Motrisa S.A., portanto, o levantamento dos valores foi realizado no período de fevereiro/2005 a dezembro/2010.

A Companhia atualiza mensalmente os processos pela *Taxa Selic*.

**8. Impostos e contribuições antecipados**

ICMS sobre a matéria-prima “Trigo” recolhido por substituição tributária nos Estados de Alagoas e Sergipe.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
 (Em reais, exceto quando mencionado diferente)

Descrição	2021	2020
ICMS próprio e substituto	1.722.017,08	27.293,15
Demais Tributos	15.711,63	14.440,98
<b>Total</b>	<b>1.737.728,71</b>	<b>41.734,13</b>

**9. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferido são registrados para refletir os efeitos tributários futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil, em conformidade com o CPC 32. A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração.

**9.1. Impostos e contribuições diferidos - ativos**

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para Processos c/ Dep. Jud.	2.250.311,68	2.250.311,68	1.999.239,64	1.999.239,64
Provisão para Honorários Advocáticos	1.097.894,83	1.097.894,83	1.097.894,83	1.097.894,83
Provisão para Processos Trabalhistas	2.481.222,76	2.481.222,76	144.728,84	144.728,84
Provisão para Processos Cíveis	501.630,77	501.630,77	457.927,36	457.927,36
Comissões retidas no ano	388.696,84	388.696,84	68.712,58	68.712,58
Variação cambial passiva	40.424.463,16	40.424.463,16	25.692.639,91	25.692.639,91
Prejuízos fiscais/Base Negativa	91.365.114,73	93.601.683,54	74.697.877,44	76.934.446,25
<b>Base de cálculo</b>	<b>138.509.334,77</b>	<b>140.745.903,58</b>	<b>104.159.020,60</b>	<b>106.395.589,41</b>
IRPJ alíquota 15%	20.776.400,22	-	15.623.853,09	-
IRPJ adicional alíquota 10%	13.850.933,48	-	10.415.902,05	-
CSLL alíquota 9%	-	12.667.131,31	-	9.575.603,05
<b>Total</b>	<b>34.627.333,70</b>	<b>12.667.131,31</b>	<b>26.039.755,14</b>	<b>9.575.603,05</b>

Descrição	2021	2020
IRPJ	20.776.400,22	15.623.853,09
IRPJ Adicional	13.850.933,48	10.415.902,05
CSLL	12.667.131,31	9.575.603,05
<b>Total</b>	<b>47.294.465,01</b>	<b>35.615.358,19</b>

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa serão, respectivamente, realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem e na geração de lucros tributáveis futuros, as quais estão baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras, econômicas e de negócios, as quais estão sujeitas as incertezas de mercado. A projeção da Administração para realização dos ativos fiscais diferidos é apresentada abaixo:

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**

2022	5.390.196,25
2023	5.659.706,06
2024	5.942.691,37
2025	6.239.825,93
2026	6.551.817,23
Após 2026	17.510.228,17
	<b>47.294.465,01</b>

**9.2. Impostos e contribuições diferidos - passivos**

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Reserva de reavaliação em 1999	7.569.749,96	7.569.749,96	7.569.749,96	7.569.749,96
Terrenos reavaliados em 1999	1.245.298,02	1.245.298,02	1.245.298,02	1.245.298,02
Variação cambial ativa	22.275.735,64	22.275.735,64	12.500.426,14	12.500.426,14
Realização da reserva de reavaliação anos anteriores	(5.319.381,95)	(5.319.381,95)	(5.240.131,47)	(5.240.131,47)
Realização da reserva de reavaliação ano corrente	(77.874,71)	(77.874,71)	(79.250,48)	(79.250,48)
<b>Base de cálculo</b>	<b>25.693.526,96</b>	<b>25.693.526,96</b>	<b>15.996.092,17</b>	<b>15.996.092,17</b>
IRPJ alíquota 15%	3.854.029,04	-	2.399.413,91	-
IRPJ adicional alíquota 10%	2.545.352,75	-	1.575.609,22	-
CSLL alíquota 9%	-	2.312.417,43	-	1.439.648,35
<b>Total</b>	<b>6.399.381,79</b>	<b>2.312.417,43</b>	<b>3.975.023,13</b>	<b>1.439.648,35</b>

Descrição	2021	2020
IRPJ	3.854.029,04	2.399.413,91
IRPJ Adicional	2.545.352,75	1.575.609,22
CSLL	2.312.417,43	1.439.648,35
<b>Total</b>	<b>8.711.799,22</b>	<b>5.414.671,48</b>

**9.3. Imposto de renda e contribuição social - corrente**

	2021		2020	
	IR	CSLL	IR	CSLL
<b>Conciliação</b>				
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(8.635.876,81)	(8.635.876,81)	1.787.107,37	1.787.107,37
<b>Adições</b>				
Reserva de reavaliação de imóveis	77.874,71	77.874,71	79.250,48	79.250,48
Variação cambial passiva	14.737.497,43	14.737.497,43	24.973.755,70	24.973.755,70
Variação cambial ativa - operações liquidadas	23.794,43	23.794,43	-	-
Outras adições	3.156.500,41	3.156.500,41	1.120.336,20	1.120.336,20
<b>Exclusões</b>				
Subvenção para investimentos - Estados de AL e SE	(15.782.035,87)	(15.782.035,87)	(13.508.493,86)	(13.508.493,86)
Variação cambial ativa	(9.799.513,95)	(9.799.513,95)	(10.819.025,13)	(10.819.025,13)
Variação cambial passiva - operações liquidadas	(16.932,93)	(16.932,93)	(5.247,36)	(5.247,36)
Outras exclusões	(428.544,71)	(428.544,71)	(369.910,69)	(369.910,69)
Prejuízo fiscal/lucro fiscal	(16.667.237,29)	(16.667.237,29)	3.257.772,71	3.257.772,71
(-) COMPENS.C/PREJ.FISCAIS (Limit.a 30%)	-	-	(977.331,81)	(977.331,81)
(=) LUCRO REAL	(16.667.237,29)	(16.667.237,29)	2.280.440,90	2.280.440,90
<b>IRPJ APURADO:</b>				
À Alíquota de 15%	-	-	-	-
Adicional	-	-	-	-
(-) PAT	-	-	-	-
<b>IRPJ DEVIDO ACUMULADO</b>	-	-	-	-
<b>CSLL DEVIDA ACUMULADA</b>	-	-	-	-

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**

**10. Imóveis à venda**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Terreno - São Gonçalo do Amarante/CE	129.252,70	129.252,70
Terreno - Tucano/BA	34.400,00	34.400,00
Terreno - Porto da Folha/SE	-	40.000,00
Casa - Vila Nossa Senhora do Carmo/MCZ	-	150.000,00
<b>Total</b>	<b>163.652,70</b>	<b>353.652,70</b>

Terrenos recebidos como dação de dívidas / acordos judiciais e colocados à venda pela Companhia.

**11. Depósitos judiciais**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Processos Trabalhistas	1.058.691,17	1.091.064,50
Processos Fiscais	2.040.686,85	2.023.315,26
Processos Previdenciárias	209.624,83	209.624,83
Processos Cíveis	501.630,77	501.630,77
<b>Total</b>	<b>3.810.633,62</b>	<b>3.825.635,36</b>

A Companhia está contestando alguns processos nas esferas, trabalhista, tributária, previdenciária e cível, cuja exigibilidade está em discussão.

**12. Partes relacionadas**

A realização deste ativo depende da concretização do projeto de revitalização a ser executado durante os próximos exercícios sociais, portanto, a Administração decidiu provisionar o valor parcialmente, pois não existe uma real perspectiva de realização deste ativo.

**13. Outras contas a receber**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Eletrobrás Indébito	10.048.683,34	-
<b>Total</b>	<b>10.048.683,34</b>	<b>-</b>

Crédito oriundo do Processo nº 0803168-90.2019.4.05.8000, transitado em julgado em 05/04/2017 e confirmado o valor através dos cálculos periciais em 31/07/2021.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**
**14. Investimento**

A Companhia possui 99,2933% de participação na controlada Sarandi Alimentos S.A., no entanto, por falta de perspectiva de realização desse ativo e o atual estágio da empresa inoperante, em 2021 e 2020 não foi reconhecido à equivalência patrimonial do investimento.

**15. Imobilizado**

Composição dos saldos			<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>		Taxas médias anuais de depreciação %
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>			
Terras e Terrenos	R\$ 3.353.863,15	-	R\$ 3.353.863,15	R\$ 3.353.863,15	R\$ -		-
Edificações e Construções	R\$ 8.222.560,59	R\$ (5.186.205,01)	R\$ 3.036.355,58	R\$ 3.036.355,58	R\$ 3.348.071,78		2,92%
Instalações e Beneficitorias	R\$ 16.219.154,36	R\$ (5.528.128,91)	R\$ 10.691.025,45	R\$ 10.691.025,45	R\$ 11.268.374,69		2,92%
Máquinas e Equipamentos	R\$ 23.635.006,56	R\$ (18.372.430,65)	R\$ 5.262.575,91	R\$ 5.262.575,91	R\$ 6.703.784,06		6,67%
Móveis e Utensílios	R\$ 1.173.162,37	R\$ (848.927,41)	R\$ 324.234,96	R\$ 324.234,96	R\$ 560.971,13		6,67%
Veículos	R\$ 5.782.831,10	R\$ (5.718.069,08)	R\$ 64.762,02	R\$ 64.762,02	R\$ 144.219,04		6,67%
Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 1.142.288,02	R\$ (944.783,03)	R\$ 197.504,99	R\$ 197.504,99	R\$ 221.352,68		6,67%
Outras Imobilizações	R\$ 75.786,40	R\$ (11.832,50)	R\$ 63.953,90	R\$ 63.953,90	R\$ 64.011,14		3,33%
Obras em Andamento	R\$ 6.974.906,50	-	R\$ 6.974.906,50	R\$ 6.974.906,50	R\$ 7.021.099,17		
	<b>R\$ 66.579.559,05</b>	<b>R\$ (36.610.376,59)</b>	<b>R\$ 29.969.182,46</b>	<b>R\$ 29.969.182,46</b>	<b>R\$ 32.685.746,84</b>		

  

Movimentação do Imobilizado	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições e transferências</u>	<u>Baixas e transferências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2021</u>
Terras e Terrenos	R\$ 3.353.863,15	-	-	-	R\$ 3.353.863,15
Edificações e Construções	R\$ 3.348.071,78	-	R\$ 171.246,96	R\$ (482.963,16)	R\$ 3.036.355,58
Instalações e Beneficitorias	R\$ 11.268.374,69	R\$ 79.640,00	R\$ 501.335,77	R\$ (1.158.325,01)	R\$ 10.691.025,45
Máquinas e Equipamentos	R\$ 6.703.784,06	R\$ 279.448,84	R\$ (726.206,93)	R\$ (994.450,06)	R\$ 5.262.575,91
Móveis e Utensílios	R\$ 560.971,13	R\$ 233,21	R\$ (122.522,99)	R\$ (114.446,39)	R\$ 324.234,96
Veículos	R\$ 144.219,04	R\$ 229.049,29	R\$ (261.500,08)	R\$ (47.006,23)	R\$ 64.762,02
Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 221.352,68	R\$ 2.767,23	R\$ 32.143,34	R\$ (58.758,26)	R\$ 197.504,99
Outras Imobilizações	R\$ 64.011,14	-	R\$ 7,20	R\$ (64,44)	R\$ 63.953,90
Obras em Andamento	R\$ 7.021.099,17	-	R\$ (46.192,67)	-	R\$ 6.974.906,50
	<b>R\$ 32.685.746,84</b>	<b>R\$ 591.138,57</b>	<b>R\$ (405.496,73)</b>	<b>R\$ (2.856.013,55)</b>	<b>R\$ 29.969.182,46</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**
**(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**

O Parque Industrial de Maceió/AL composto por terrenos, edificações e benfeitorias, estão em garantia junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., e em relação ao Parque Industrial de Aracaju/SE composto por terrenos, edificações, benfeitorias e máquinas, estão em garantia junto ao fornecedor Cargill Incorporated.

Foram feitos os levantamentos físicos e confrontados com a contabilidade, gerando baixas em virtude de sobras contábeis. Na conta dos bens foram efetuadas as baixas em virtude das sobras no valor de R\$ 6.867.065,93, em contra partida por essas baixas foram carregadas também a baixa da Depreciação Acumulada no valor de R\$ 5.999.674,37, trazendo para o resultado do exercício o valor de R\$ 867.391,56 positivamente. Adotamos as novas taxas de depreciação em consequência da nova estimativa de vida útil dos bens, levantadas pela empresa contratada IBIAEON Consultoria Patrimonial Avaliações e Informática, implantando os valores no novo Módulo do Sistema TOTVS no Mês de Abril/2021, computando os cálculos às novas taxas a partir do Mês de Maio/2021, gerando reversão de depreciação lançada anteriormente a maior no resultado, no valor de R\$ 962.128,53. Finalizando, o efeito positivo da adequação do imobilizado às novas taxas e aos bens existentes resultou em R\$ 94.736,97 no exercício.

Diante do trabalho desenvolvido de adequação do imobilizado, a despesa de depreciação para os próximos exercícios reduzirá aproximadamente R\$ 115.422,17 ao mês.

Demonstrativo das taxas adotadas e praticadas nos exercícios de 2021 e 2020:

**TAXAS DE DEPRECIAÇÃO DO IMOBILIZADO**

Taxas anuais	Adotadas em 2021	Praticadas em 2020
	MATRIZ/FILIAIS	MATRIZ/FILIAIS
Edifícios	2,92%	4,00%
Veículos	6,67%	20,00%
Ferramentas, máquinas e equipamentos	6,67%	10,00%
Móveis e utensílios	6,67%	10,00%
Computadores e periféricos	6,67%	20,00%
Instalações	2,92%	10,00%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	0,00%	4,00%
Poços artesianos	3,33%	4,00%

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**
**16. Intangível**

Composição dos saldos			<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>		Taxas médias anuais de amortização %
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>		<u>Líquido</u>		
Desenvolvimento Tecnológico	R\$ 76.762,07	R\$ (76.762,07)	-		-		20%
Desenvolvimento de Produtos	R\$ 327.958,40	R\$ (326.293,26)	R\$ 1.665,14	R\$ 1.665,14	R\$ 1.665,14	R\$ 1.665,14	20%
Softwares	R\$ 988.256,64	R\$ (949.951,14)	R\$ 38.305,50	R\$ 38.305,50	R\$ 73.578,58	R\$ 73.578,58	20%
Marcas e Patentes	R\$ 8.220,00	R\$ 0,00	R\$ 8.220,00	R\$ 8.220,00	R\$ 8.220,00	R\$ 8.220,00	-
	<b>R\$ 1.401.197,11</b>	<b>R\$ (1.353.006,47)</b>	<b>R\$ 48.190,64</b>	<b>R\$ 48.190,64</b>	<b>R\$ 83.463,72</b>	<b>R\$ 83.463,72</b>	

  

Movimentação do Intangível	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições e transferências</u>	<u>Baixas e transferências</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2021</u>
Desenvolvimento de Produtos	R\$ 1.665,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.665,14
Softwares	R\$ 73.578,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ (35.273,08)	R\$ 38.305,50
Marcas e Patentes	R\$ 8.220,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.220,00
	<b>R\$ 83.463,72</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ (35.273,08)</b>	<b>R\$ 48.190,64</b>

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

**17. Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)**

O saldo corresponde ao valor dos recursos captados, acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas.

<u>Instituições Financeiras</u>	<u>Produtos Financeiros</u>	<u>Taxas</u>	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
			<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Banco Itaú Unibanco S.A.	Empréstimo	14 % a.a.	14.500.000,00	-	15.000.000,00	-
Banco do Brasil S.A.	Finame	3,50 % a.a. - 5,50% a.a.	389.720,39	284.484,66	392.510,62	649.071,90
Banco do Brasil S.A.	Empréstimo	CDI + 6,6% a.a.	18.893.421,20	-	994.390,59	18.893.421,20
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Empréstimo FNE e RECIN	7,98% a.a.	5.198.258,54	4.555.725,10	6.040.600,31	6.040.600,31
Cargill Incorporated	Contrato de Confissão de Dívidas	3,25% a.a. + VC	10.867.854,56	61.266.819,71	2.025.865,26	66.986.129,54
			<b>49.849.254,69</b>	<b>66.107.029,47</b>	<b>24.453.366,78</b>	<b>92.569.222,95</b>

Os financiamentos apresentam o vencimento final de 2021 até 2028.

As garantias dos financiamentos e os empréstimos são respectivamente os próprios bens alienados, garantia hipotecária e os avais dos diretores executivos.

Os covenants da repactuação da dívida junto a Cargill Incorporated estão sendo cumpridos, ou seja, índice de liquidez corrente maior ou igual 1,10, endividamentos bancário menor ou igual 2,00 e o geral menor ou igual 4,0.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**
**18. Fornecedores**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Fornecedores Nacionais	5.252.005,36	4.540.443,59
Fornecedores Internacionais	-	2.598.350,00
<b>Total</b>	<b>5.252.005,36</b>	<b>7.138.793,59</b>

Os fornecedores internacionais estão indexados ao dólar norte-americano.

**19. Impostos e contribuições a recolher (circulante e não circulante)**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Municipal	6.339,78	39.899,64
Estadual (a)	(2.873.001,20)	(2.280.498,21)
ICMS Parcelamentos Estados de Alagoas e Sergipe (b)	5.092.543,73	7.735.218,05
Federal	1.192.817,47	3.066.567,22
<b>Total Circulante</b>	<b>3.418.699,78</b>	<b>8.561.186,70</b>

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
ICMS Parcelamentos Estados de Alagoas e Sergipe (b)	23.753.062,31	15.513.875,58
<b>Total Não Circulante</b>	<b>23.753.062,31</b>	<b>15.513.875,58</b>

(a) A sistemática de apuração do ICMS Importação (aquisição de trigo) se dá no conta corrente, com o ICMS Devido a cada importação e os abatimentos referente à partilha realizada para cada Estado, a retorna a sua natureza credora quando do recebimento de cargas de trigo com novo ICMS devido registrado a crédito da conta e computando o direito de abater o que foi recolhido (devido) através dos repasses para Outros Estados.

(b) Os parcelamentos de ICMS sobre a importação do “Trigo” são atualizados pela Taxa Selic e apresentam o vencimento final de 2022 a 2029.

**20. Outras contas a pagar**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Honorários s/Recuperação do ICMS PE e SE s/farelo de trigo	9.423.430,13	5.361.884,65
Honorários s/Exclusão do ICMS da BC do PIS/COFINS	751.833,07	532.073,12
Demais contas a pagar	1.091.113,05	1.736.399,94
<b>Total Circulante</b>	<b>11.266.376,25</b>	<b>7.630.357,71</b>

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Honorários s/Recuperação do ICMS PE e SE s/farelo de trigo	2.400.363,61	5.748.204,44
Honorários s/Exclusão do ICMS da BC do PIS/COFINS	1.345.943,07	2.087.196,92
Honorários Processo SEFAZ/SE	4.412.029,83	2.402.293,17
Demais contas a pagar	1.810,00	22.596,57
<b>Total Não Circulante</b>	<b>8.160.146,51</b>	<b>10.260.291,10</b>

A Companhia registrou honorários advocatícios de êxito em processos de Recuperação do ICMS PE e SE s/farelo de trigo, bem como sobre processo referente à Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS, pelo reconhecimento dos créditos transitado em julgado.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**
**21. Provisões para contingências**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Fiscais (a)	2.040.686,85	1.768.812,82
Previdenciárias (b)	209.624,83	213.055,23
Trabalhistas (c)	2.481.222,76	144.728,84
Cíveis (d)	501.630,77	457.927,36
Honorários Advocatícios (e)	1.097.894,83	1.097.894,83
<b>Total</b>	<b>6.331.060,04</b>	<b>3.682.419,08</b>

A Companhia é parte em ações judiciais de naturezas, tributárias, previdenciárias e cíveis. As ações estão parcialmente garantidas por depósitos judiciais, em conta vinculada, classificada no Ativo Não Circulante.

- As provisões fiscais são demandas judiciais de ICMS/RS, PIS/COFINS sobre receitas financeiras e o adicional de 10% do FGTS sobre demissão sem justa causa.
- Estão relacionadas às discussões de incidência previdenciária sobre a folha de pagamento.
- As provisões trabalhistas envolvem principalmente reclamações de horas extras, adicionais e vínculo empregatício.
- Estão relacionadas a processos indenizatórios na esfera Cível.
- A provisão de honorários advocatícios corresponde ao percentual do ganho sobre os processos que são considerados como perda remota pelos consultores jurídicos.

A Companhia também possui outras ações judiciais em andamento que de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos foram consideradas com probabilidade de perda possível, que em 31 de dezembro de 2021 totalizavam o montante de aproximadamente R\$ 112.245.000,00 (R\$ 112.500.000,00 em 2020).

**22. Acionistas / pessoas físicas**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Conta Corrente	1.903,80	2.722,23
Suprimentos - Pessoas Física	1.808.676,29	1.347.877,28
Dividendos e JSCP não retirados	160.511,87	160.590,21
<b>Total</b>	<b>1.971.091,96</b>	<b>1.511.189,72</b>

As contas suprimentos são atualizadas com Juros de 1,00% ao mês, mediante abertura de conta contábil específica, objetivando distinguir de outros suprimentos (limitados a 02 contas mensais) e operações com base em instrumentos específicos. Os juros mensais são tributados exclusivamente na fonte no percentual de 20%.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**

## 23. Patrimônio líquido e destinação de resultados

### 23.1. Capital Social

Pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país. Subscrito e integralizado e representado por 44.000.000 (quarenta e quatro milhões) de ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

### 23.2. Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da Companhia em 1999 com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes, o valor registrado é de R\$ 8.815.047,98 sendo sua realização acumulada de R\$ 5.397.256,66 em 2021 (R\$ 5.319.381,95 em 2020). O imposto de renda e a contribuição social correspondente estão classificados no passivo não circulante R\$ 1.162.049,04 em 2021 (R\$ 1.188.526,45 em 2020).

### 23.3. Reservas de Lucros

#### 23.3.1. Reserva legal

Constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

#### 23.3.2. Reserva de incentivos fiscais

Constituída anualmente a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia.

#### 23.3.3. Reserva de lucros retidos

Constituída por determinação do Estatuto Social da Companhia, como destinação de uma parcela do lucro do exercício.

#### 23.3.4. Destinação de Resultados

Descrição	2021	2020
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>(253.897,73)</b>	<b>5.556.478,39</b>
Realização da Reserva de Reavaliação	51.397,42	52.305,43
<b>Total</b>	<b>(202.500,31)</b>	<b>5.608.783,82</b>
Destinação p/reserva legal	-	277.823,92
Destinação p/reserva de incentivos fiscais	15.782.035,87	13.508.493,86
Destinação p/reserva de lucros retidos	51.397,42	52.305,43
Utilização de Reserva de Incentivos Fiscais p/ compensação do prejuízo do exercício	(16.035.933,60)	(8.229.839,39)

A proposta de destinação do lucro do exercício de 2020 foi referendada na AGOE nº 101 de 20 de abril de 2021.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
 (Em reais, exceto quando mencionado diferente)

**23.4. Ações em tesouraria**

Sem movimentação durante o exercício 2021.

**24. Subvenções governamentais**

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia tem a natureza de subvenção para investimento, sendo ela monetária e registrada pelo seu valor nominal.

Referente ao incentivo fiscal estadual PSDI – Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial, no Estado de Sergipe, decorrente da importação de trigo a granel, o benefício concedido no exercício foi de R\$ 15.782.035,87 (R\$ 13.224.418,61 em 2020), alocado ao resultado na linha Tributos sobre vendas.

**25. Receita líquida de vendas**

Receita Bruta	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	Farinhas de trigo e derivados	Farinhas de trigo e derivados
<b>Mercado Interno</b>	<b>215.160.328,92</b>	<b>257.073.571,10</b>
<b>Deduções sobre Vendas</b>	<b>(40.549.962,26)</b>	<b>(51.191.211,08)</b>
Tributos	(54.406.570,32)	(61.879.507,13)
Incentivo Fiscal PSDI	15.782.035,87	13.508.493,86
Devoluções	(1.925.427,81)	(2.820.197,81)
<b>Receita Líquida</b>	<b>174.610.366,66</b>	<b>205.882.360,02</b>

**26. Despesas por natureza**

Despesas de Vendas	2021	2020
Salários, encargos e serviços de terceiros	(7.371.350,55)	(10.969.302,87)
Gastos gerais	(5.205.498,94)	(5.954.484,15)
Comissões	(385.575,81)	(776.961,73)
Bonificações	(102.654,37)	(137.426,38)
Armazenagem	(2.110,28)	(43.080,49)
Fretes próprios	(4.200.786,78)	(6.136.215,63)
Fretes e carretos	(2.869.833,58)	(3.851.472,56)
Acordo comercial	(2.631.627,76)	(3.681.648,84)
Eventos e promoções	(2.358,98)	(7.914,09)
Propaganda e publicidade	(14.835,24)	(7.209,60)
Reversão (Provisão) Créditos liquidação duvidosa	(740.921,81)	(1.948.969,78)
<b>Total</b>	<b>(23.527.554,10)</b>	<b>(33.514.686,12)</b>

Despesas Administrativas	2021	2020
--------------------------	------	------

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**

Folha de pagamento	(5.572.546,07)	(4.822.119,43)
Consultorias e assessorias	(4.991.494,76)	(15.752.915,15)
Despesas com viagens	(65.347,34)	(189.076,90)
Provisões fiscais	(254.502,44)	-
Reversão Provisões previdenciárias	3.430,40	-
Provisões trabalhistas	(2.328.836,86)	(10.000,00)
Provisões cíveis	(43.703,41)	(192.042,36)
Depreciações e amortizações	(808.281,07)	(478.174,80)
Manutenções em geral	(387.806,54)	(438.445,62)
Demais despesas	(763.410,83)	(1.307.238,19)
<b>Total</b>	<b>(15.212.498,92)</b>	<b>(23.190.012,45)</b>

**27. Outras Receitas (Despesas) Operacionais**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Recuperação despesas exercício anterior	1.933.554,28	2.478.778,25
Recuperação do ICMS SE s/ farelo do trigo (vide NE 7.c)	-	3.373.746,42
Exclusão do ICMS da BC do PIS/COFINS (vide NE 7.g)	-	2.928.448,76
Alienação / Provisão líquida imobilizados e investimentos	921.909,33	938.317,42
Arrendamento do Parque Industrial de Maceió/AL	2.134.658,29	476.437,50
Outras Receitas (Despesas)	92.748,21	85.956,49
<b>Total</b>	<b>5.082.870,11</b>	<b>10.281.684,84</b>

**28. Resultado financeiro**

<b>Receitas financeiras</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Juros, descontos obtidos e ressarcimento de custas	419.711,16	676.567,37
Jrs s/ Recuperação do ICMS PE e SE s/ farelo do trigo (vide NE 7.c)	7.725.414,49	45.048.700,79
Jrs s/ Exclusão do ICMS da BC do PIS/COFINS (vide NE 7.g)	555.371,51	1.335.499,61
Jrs s/processo indébito Eletrobrás	9.398.980,94	-
Rendimentos s/ Aplicações Financeiras	159.305,24	75.344,90
Variação cambial ativa	9.798.931,80	10.819.025,13
PIS/COFINS s/ Receitas Financeiras	(850.602,25)	(2.192.681,97)
<b>Total</b>	<b>27.207.112,89</b>	<b>55.762.455,83</b>

<b>Despesas financeiras</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
IOF	(309.409,42)	(291.128,03)
Despesas bancárias	(129.296,03)	(225.094,70)
Juros e descontos concedidos	(9.474.356,32)	(7.611.685,83)
Multas compensatórias	(287.236,47)	(85,06)
Variação cambial passiva	(14.739.256,07)	(24.973.755,70)
<b>Total</b>	<b>(24.939.554,31)</b>	<b>(33.101.749,32)</b>

<b>Resultado financeiro</b>	<b>2.267.558,58</b>	<b>22.660.706,51</b>
-----------------------------	---------------------	----------------------

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**
**29. (Prejuízo) lucro por ação**

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria. No caso da Companhia, o lucro (prejuízo) diluído por ação é igual ao lucro (prejuízo) básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício da Companhia, em reais	(253.897,73)	5.556.478,39
Quantidade média ponderada de ações	44.000.000	44.000.000
Lucro (Prejuízo) básico/diluído por ação - (Valores expressos em reais)	(0,01)	0,13

**30. Seguros (não auditado)**

A Administração adota a política de contratação de seguros suficiente para garantir a integridade de seu patrimônio e continuidade de suas operações.

**31. Instrumentos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante o exercício também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e contas a receber e a pagar estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis.

**32. Gerenciamento de riscos**

As operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foi constituída provisão de contingências fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e honorários advocatícios.

Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Companhia no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**33. Eventos subsequentes**

Em consequência do conflito entre a Rússia, maior exportador mundial de trigo, e a Ucrânia que ocupa atualmente a 4ª posição, ambos exportadores responsáveis por aproximadamente 30% do mercado mundial do referido grão, equivalente a 210 milhões de toneladas; o custo do trigo neste cenário sofrerá impacto considerável, sendo necessário para a sobrevivência dos Moinhos o repasse desse acréscimo nos preços das farinhas e seus derivados. Desta forma, em decorrência disso, elevará ainda mais a inflação dos produtos alimentícios.

A Administração está acompanhando o mercado de trigo com muita prudência, desejando o término imediato do conflito e o retorno à civilidade.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Fernando Munhós Thormann**  
Presidente

**Meline Camargo Matiotti**  
Vice-Presidente

**Anécia Severina Pereira Thormann**  
Conselheira

**Henrique Longo Thormann**  
Conselheiro

**Marlene Kerber Mello Godoy**  
Conselheira

**Pedro Tocchetto Thormann**  
Conselheiro

**DIRETORIA**

**Tiago Lacassagne Mattos**  
Diretor Superintendente

**André Reinaldo**  
Diretor Executivo

**Maria Rosiane Souza Silva**  
Contadora  
CRC SE-004644/O-2  
CPF 479.231.725-87